

## WORLD RAINFOREST MOVEMENT



Boletim No 215 – Junho 2015 – [Veja versao online](#)



Assine o Boletim mensal do WRM

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas.

A assinatura é gratuita.

## NOSSA OPINIÃO



### [O papel da mineração “artesanal” para as empresas transnacionais do setor](#)

Dedicar mais um boletim mensal do WRM ao tema da mineração se justifica pelo fato de que nossos aliados nas regiões de florestas na América Latina, na África e na Ásia nos relatam – com grande preocupação – uma constante e forte expansão das atividades de mineração em suas regiões nos últimos 10 a 15 anos, entrando em áreas cada vez mais remotas, em busca de substâncias minerais cada vez mais escassas. Nesse período, em vários países, houve aumentos de até 10 vezes no número de concessões dadas por governos a empresas de mineração, ao mesmo tempo em que aumentou o número de contratos bilaterais entre países do Norte e do Sul para garantir acesso privilegiado de empresas desses países do Norte a determinados minerais.

## A MINERAÇÃO EM EXPANSÃO: DESTRUIÇÃO DE TERRITÓRIOS, LUTAS DE RESISTÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO



### [O desenvolvimento do setor extrativo e os impactos sobre as comunidades e a biodiversidade nos países da Bacia do Congo, na África Central](#)

Os países da Bacia do Congo são conhecidos pela extraordinária riqueza da biodiversidade e a grande diversidade cultural de seus povos. Ao se falar dos recursos extrativistas da região, geralmente se faz alusão às impressionantes jazidas de cobre da República Democrática do Congo, aos diamantes da República Centro-Africana e ao petróleo da Guiné Equatorial e do Gabão. O objetivo deste artigo é explicar as razões do fracasso desses investimentos em nível social e ambiental, ilustrando alguns dos problemas do setor na África Central.

---



### [As atividades de mineração matam camponeses e pescadores da Indonésia](#)

Durante os últimos dez anos, o governo indonésio emitiu muitas licenças de mineração com o argumento de aumentar o crescimento econômico do país e sua capacidade de concorrência na Ásia e em nível internacional. De acordo com dados do Ministério da Energia e Recursos Minerais, existem aproximadamente 10.918 licenças de mineração emitidas pelos governos central, provinciais e distritais. A propagação das licenças de mineração é de âmbito nacional. O dano ambiental e social causado por essa expansão também ocorreu em todos os lugares.

---



### [Mineração, militarização e criminalização dos protestos sociais na América Latina](#)

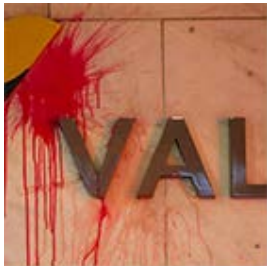
Não é novidade que os projetos extrativistas em larga escala em toda a América Latina impuseram um modelo de extração e exportação cada vez mais profundo. A concorrência para ser o destino de investimentos em mineração, petróleo, silvicultura ou pesca é uma característica da maioria dos países da região. No entanto, o modelo extrativo recebe cada vez mais críticas e resistência de amplos setores da sociedade, incluindo a academia, as organizações de direitos humanos e os movimentos sociais.

---

### [As compensações de biodiversidade facilitam a continuação da destruição enquanto as empresas de mineração fazem negócios como de costume](#)



Durante bem mais de uma década, empresas de mineração, como Newmont e Rio Tinto, têm participado de programas voluntários de compensação de biodiversidade, mesmo onde a lei não exige isso. Sendo assim, que interesse as empresas de mineração têm em se envolver em compensação, mesmo onde não existe legislação que as obrigue a isso?



### O Testemunho da Insustentabilidade: A experiência da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

A Vale S.A. é a maior mineradora do Brasil e a terceira companhia na indústria global de mineração de metais. Presente em cerca de 30 países dos cinco continentes, esta multinacional atua a partir de uma cadeia integrada entre mineração, logística, energia e siderurgia. Cada etapa da cadeia causa severos impactos sociais e ambientais. A partir dessa necessidade, nasceu a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale desde 2010, para contribuir no fortalecimento das comunidades em rede, promovendo estratégias de enfrentamento aos impactos socioambientais relacionados à indústria extrativa da mineração, sobretudo os vinculados à empresa Vale.



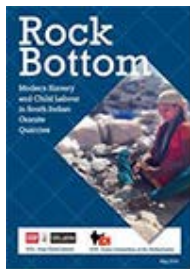
### O regime do setor de mineração de Gana: mau negócio para as comunidades locais afetadas

Apresentamos Nicholas Ennin, agricultor de 42 anos, de Etwebo, na região oeste de Gana. Em 2003 ou em torno daquele ano, as terras onde Lee e mais de mil agricultores plantavam foram tomadas pela Chirano Gold Mines Limited. Infelizmente, para Nicholas e muitas pessoas como ele em todo o continente, o Estado insiste em que sua tutela ou guarda sobre os recursos minerais, e a exploração que faz deles, está acima de tudo. Considerando-se a prioridade dada ao capital estrangeiro em detrimento dos empreendedores locais, como Nicholas, o apoio do Estado às agências que atraem investidores estrangeiros simplesmente reduz aquelas criadas para promover as atividades locais.

## POVOS EM AÇÃO



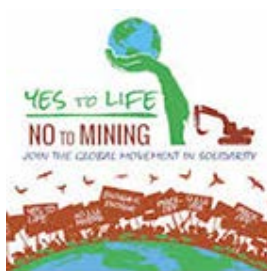
### As mulheres africanas dizem Não! ao carvão



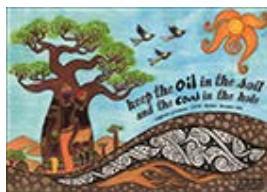
[Índia: Escravidão e trabalho infantil em pedreiras de granito](#)



[Promovendo a mineração na África em uma cúpula realizada no centro de finanças da mineração](#)

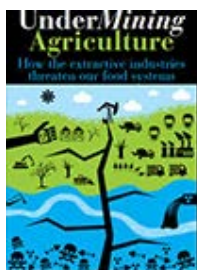


[Sim à vida, não à mineração!](#)



[Oilwatch Africa: “Não vamos comer petróleo cru”](#)

## RECOMENDADOS



[Minando a agricultura: como as indústrias extrativas ameaçam nossos sistemas alimentares](#)



[Vozes da resistência: mulheres que lutam pela vida](#)





De que são feitos os carros? Da Amazônia brasileira aos fabricantes de automóveis alemães



Preste atenção às mineradoras: quem financia o quê e para quem



Uganda: “Um direito comum”



Alerta: os verdadeiros custos do consumo de tecnologia

---

## NOSSA OPINIÃO



O papel da mineração “artesanal” para as empresas transnacionais do setor

Dedicar mais um boletim mensal do WRM ao tema da mineração se justifica pelo fato de que nossos aliados nas regiões de florestas na América Latina, na África e na Ásia nos relatam – com grande preocupação – uma constante e forte expansão das atividades de mineração em suas regiões nos últimos 10 a 15 anos, entrando em áreas cada vez mais remotas, em busca de substâncias minerais cada vez mais escassas. Nesse período, em vários países, houve aumentos de até 10 vezes no número de concessões dadas por governos a empresas de mineração, ao mesmo tempo em que aumentou o número de contratos bilaterais entre países do Norte e do Sul para garantir acesso privilegiado de empresas desses países do Norte a determinados minerais.

Ao lado do avanço do setor empresarial, cresce também outro tipo de mineração que é curiosamente chamada de “artesanal” e que ocorre sobretudo nos países do Sul. A contribuição do setor “artesanal” não é pequena; na extração de ouro, por exemplo, esse setor contribui com 12% do total de ouro extraído anualmente (1). Sem ter nada de artesanal no sentido de criar algo novo, como uma obra de um artesão ou artesã, trata-se de uma atividade que envolve aproximadamente dezenas de milhões de pessoas, na sua grande maioria, desesperadamente em busca de meios de sobrevivência, e para isso colocando em risco sua saúde, sua segurança, muitas vezes, sua própria vida, devido ao alto índice de acidentes e conflitos violentos.

É interessante refletir sobre como as empresas e as instituições financeiras que apoiam ou que investem no setor, como o Banco Mundial, lidam com a mineração “artesanal”. Por exemplo, um site promovido pela indústria canadense de mineração (2) – uma das maiores do mundo –, afirma que a mineração “artesanal” muitas vezes ocorre próximo ou até dentro das concessões da mineração empresarial. Descreve-se a mineração artesanal como uma atividade “informal” ou “ilegal”, que não paga impostos nem royalties, é ineficiente em termos de produtividade, e é realizada sem proteção à saúde do trabalhador, provocando degradação ambiental e afetando negativamente comunidades locais, gerando conflitos em função da chegada de muitos trabalhadores de fora. A impressão dada por essa descrição, que inclusive afirma que a mineração artesanal pode danificar a “reputação” da mineração empresarial em grande escala, é de que o problema é realmente a primeira, e não a segunda.

Neste boletim, não queremos deixar dúvidas de que o verdadeiro problema são as grandes empresas transnacionais e estatais de mineração, e outras que negociam os produtos da mineração, as quais, apesar de suas políticas de “responsabilidade social” para justificar suas atividades, contribuem para que a destruição avance cada vez mais. A maioria dos artigos neste boletim trata da enorme destruição deixada pelas grandes empresas do setor, por exemplo, a destruição causada pela transnacional brasileira Vale no Brasil e em mais de 30 países no mundo, algo que levou a uma resistência das comunidades e trabalhadores afetados, articulada em nível internacional – veja artigo sobre a Vale.. Também incluímos artigos sobre a expansão da indústria extrativa na Bacia do Congo e em Gana, na África, e outro sobre a indústria de mineração na Indonésia, artigos da América Latina abordando a crescente criminalização – provocada por empresas em sintonia com governos nacionais – de lideranças comunitárias, movimentos sociais e organizações de apoio, que se opõem à mineração, e os impactos sobre mulheres e crianças. Outro artigo trata da tendência recente pela qual grandes empresas nesta era da chamada “economia verde” invistam voluntariamente em chamadas “compensações” de biodiversidade; para fins de mineração, justificam a entrada em e destruição de áreas de alto valor em termos da sua biodiversidade – e geralmente com comunidades vivendo nelas – dizendo que conservarão uma área com um valor considerado “equivalente” ou “maior” em termos de biodiversidade.

No site da indústria Canadense de mineração, comenta-se que há uma tendência a um maior “engajamento” do setor empresarial com o setor “artesanal”, por exemplo, quando diz que “ajuda a fazer a gestão”, está preocupado em “minimizar riscos” e pretende “ajudar em atividades de exploração”, observando que este “engajamento” também pode ser parte das estratégias, de “Responsabilidade Social Corporativa” em geral, adotadas hoje em dia por muitas empresas. Ora, não

há dúvidas de que, como ocorre também em outros setores, o setor empresarial tem interesse em que as atividades da mineração “artesanal”, nada desprezível em termos de produção, apesar de ser chamada de “ineficiente”, venham a ser de alguma forma integradas às suas próprias atividades de extração. A terceirização da produção é uma onda global, desde que gere mais benefícios para as empresas que a praticam do que prejuízos financeiros. Na prática, o que vemos no setor de mineração é um tipo de “engajamento” pelo qual o setor empresarial se aproveita da entrada da mineração “artesanal” em áreas ricas em substâncias minerais para, digamos, “preparar o terreno” que permita posteriormente a entrada da grande empresa devidamente “legalizada” pelo governo, um fenômeno que ocorre, por exemplo, no Brasil e na Colômbia, mostrando que, na realidade, por trás da exploração “ilegal” existe uma demanda no mercado e toda uma cadeia empresarial que se beneficia disso.

Na verdade, a entrada de tantas pessoas na mineração “artesanal”, muitas vezes sem condições de sobreviver ou até expulsas nos seus próprios territórios, é apenas mais um dos graves impactos de um modelo de produção e consumo que incentiva a expansão da mineração mundo afora, e continua sendo dominado por transnacionais cada vez maiores, resultando em perda de território de comunidades, destruição de florestas, consumo exorbitante de água e contaminação sem comparação. Esse modelo estimulado pela indústria extrativa e outros grandes projetos continua prometendo “desenvolvimento”, mas acaba gerando mais miséria para comunidades locais.

Parece que nada é capaz de deter o ritmo da expansão da atividade de extração mineral, a não ser uma queda temporária nos preços relacionada à demanda, como tem ocorrido com o carvão mineral e o minério de ferro. Mas, em geral, durante os últimos 10 a 15 anos, os preços e a demanda crescente têm sido muito atrativos para as empresas, como forma de impulsionar uma expansão gigantesca. Isso dentro de uma economia globalizada unicamente voltada para o incentivo do consumo. Há anos, a venda de telefones celulares bate recordes, e novos produtos “imperdíveis” são lançados o tempo todo, prometendo mais “felicidade”. Agora, para fabricar um telefone celular, um computador ou uma tela de TV, são necessárias entre 40 e 60 matérias-primas, como lítio, tântalo, cobalto e antimônio, que, na sua maioria, se encontram em países do Sul e estão ficando cada vez mais difíceis de adquirir. (veja o Boletim 188 do WRM, março de 2013). Mas parece que a realidade perversa criada pela corrida por essas matérias-primas, que ajuda a destruir florestas, tomar territórios de comunidades e destruir vidas de trabalhadores nas atividades “artesaniais” e industriais, não sensibiliza os consumidores, muito menos os acionistas e investidores nas empresas de mineração que mais se beneficiam.

A nosso ver, isso justifica mais esta contribuição para divulgar os graves impactos do setor empresarial de mineração, buscando sensibilizar cada vez mais pessoas de que é preciso mudar o modelo de produção destrutivo e colonizador que caracteriza esse setor. Constatamos que é impossível “humanizar” esse modelo, adequá-lo a regras ambientais firmes ou reformá-lo de alguma forma. É importante priorizar a luta contra ele e praticar nossa solidariedade para com as comunidades e os milhões de pessoas que estão na mineração “artesanal” por uma questão de sobrevivência.

Para além disso, é preciso pensar outro mundo que não mais precise extrair dezenas de substâncias nos lugares mais remotos e isolados do mundo, plantar monocultivos em grande escala, e implantar grandes obras de infraestrutura para facilitar o escoamento e a exportação dos produtos para os centros de consumo. Um mundo que priorize o bem-estar de todos e não a “felicidade” do consumo ininterrupto.

1) [https://en.wikipedia.org/wiki/Artisanal\\_mining](https://en.wikipedia.org/wiki/Artisanal_mining)

2) [www.miningfacts.org](http://www.miningfacts.org)

A MINERAÇÃO EM EXPANSÃO:  
DESTRUIÇÃO DE TERRITÓRIOS, LUTAS DE RESISTÊNCIA  
E CRIMINALIZAÇÃO



## O desenvolvimento do setor extrativo e os impactos sobre as comunidades e a biodiversidade nos países da Bacia do Congo, na África Central

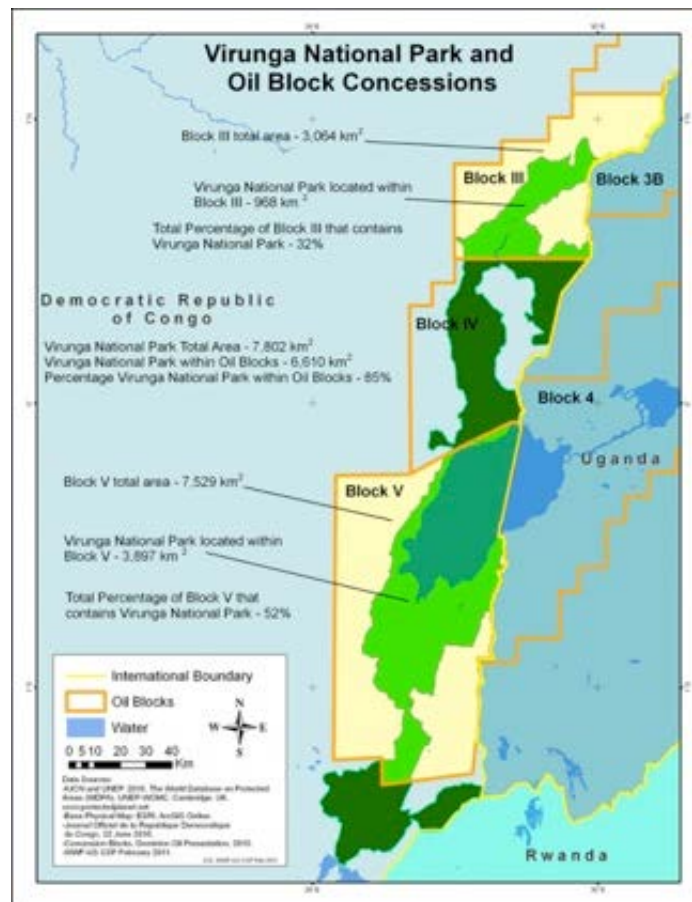
Os países da Bacia do Congo são conhecidos pela extraordinária riqueza da biodiversidade e a grande diversidade cultural de seus povos. Ao se falar dos recursos extrativistas da região, geralmente se faz alusão às impressionantes jazidas de cobre da República Democrática do Congo (RDC), aos diamantes da República Centro-Africana e ao petróleo da Guiné Equatorial e do Gabão. No entanto, o subsolo desse importante maciço florestal é cheio de outros recursos abundantes e variados, incluindo jazidas de nível mundial (principalmente ferro, urânio, bauxita, etc.). E o potencial é ainda maior do que revelam os dados existentes, já que as pesquisas sobre mineração foram interrompidas nesses países como resultado de ajustes estruturais ou de instabilidade política.

Devido ao aumento dos preços dos recursos minerais, certas jazidas que não eram rentáveis passaram a sê-lo, e as autoridades políticas costumam considerar a descoberta delas em seu território como uma boa notícia. O objetivo deste artigo é explicar as razões do fracasso desses investimentos em nível social e ambiental, ilustrando alguns dos problemas do setor na África Central.

1. Por que as preocupações ambientais e sociais parecem secundárias no setor extrativo na África Central?

Inspirando-se nos exemplos das novas economias do Sudeste da Ásia (China, Índia, Coreia do Sul, etc.) e da América Latina (Argentina e Brasil), todos os países da região aspiram a se tornar economias emergentes dentro de uma geração. A exploração dos recursos naturais faz parte da estratégia de desenvolvimento e, para conseguir isso, o investimento estrangeiro parece inevitável. A legislação relativa ao setor extrativo é extremamente liberal nesses países e, para atrair investidores, impõe algumas obrigações relacionadas ao ambiente e à sociedade. Assim, fica claro que as considerações econômicas prevalecem sobre as ambientais, e os governos não hesitam em apresentar a estas últimas como obstáculos que o Ocidente procura lhes impor e que impedem suas iniciativas de desenvolvimento. Nenhum projeto extrativista foi rejeitado pelos países da Bacia do Congo por implicar um impacto ambiental significativo. No entanto, isso não se deveu à ausência de risco ou a violações da lei. Assim, a exploração de petróleo no Parque Nacional de Virunga, na RDC, um dos mais antigos da região, não foi interrompida pelo Estado congolês, que parecia não ver objeção à sua realização, mas graças a campanhas internacionais que levaram à empresa britânica Soco a finalmente se dar por vencida.





Este exemplo não é um caso isolado: na região, há muitas áreas protegidas para as quais foram concedidas licenças de extração de petróleo e mineração.

## 2. A precariedade dos direitos das comunidades diante do desenvolvimento atual das indústrias extrativas

As comunidades rurais da África Central dependem muito dos recursos naturais para sua subsistência. Os projetos extrativos costumam ser desenvolvidos em áreas rurais, e devem coexistir com a população. Embora os textos sobre gestão ambiental imponham a realização de uma avaliação de impacto social antes de se iniciar qualquer projeto extrativista em larga escala, na prática, as empresas têm pouco interesse em identificar e preservar os direitos da população, e o próprio Estado parece não se preocupar com essas questões. Por conseguinte, há muitos perigos e conflitos em torno às zonas de exploração ou prospecção de recursos extrativos.

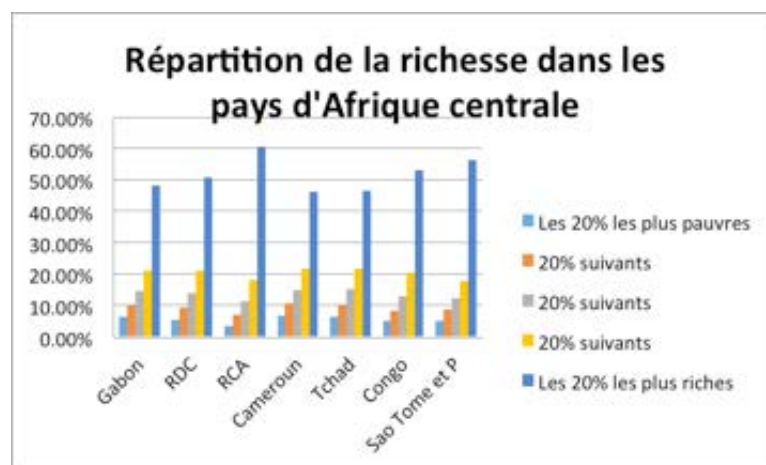
A principal causa desses conflitos está centrada na devida compensação às comunidades pela destruição de seus bens. Em todos os países mencionados, as indenizações se aplicam apenas a cultivos, casas e outros bens relacionados à exploração da terra. As comunidades não têm direito de receber qualquer compensação quando os recursos naturais que usam são destruídos. As indenizações também não se aplicam a recursos intangíveis (bens culturais, lugares sagrados, etc.) Portanto, o pagamento de indenizações não permite que as comunidades mantenham pelo menos o mesmo padrão de vida que tinham antes dos prejuízos sofridos. Além disso, o pagamento de uma indenização ou compensação costuma gerar extorsão por parte de funcionários locais, de modo que essas indenizações, insuficientes em si, não chegam em sua totalidade às comunidades beneficiárias.

Também se observa, muitas vezes, que a instalação de projetos de mineração em territórios comunitários provoca mudanças profundas na vida da população. Por exemplo, em Ebome, uma vila de pescadores que costumava ser próspera, situada a poucos quilômetros de Kribi, na costa atlântica de Camarões, as condições de vida mudaram radicalmente quando as obras de construção de um oleoduto destruíram um recife rico em peixes, localizado a dois quilômetros da costa, forçando a

transferência da pesca a outra área, a mais de oito quilômetros dali. Como isso aumentou o custo de produção, os pescadores se tornaram menos competitivos em relação aos das comunidades vizinhas e se viram em uma situação precária. Já se passaram quase 15 anos, o petróleo flui pelo gasoduto e a empresa acumula benefícios substanciais, mas a economia local está destruída, sem que o Estado nem a empresa tenham previsão de encontrar uma solução de longo prazo.

A destruição dos meios de subsistência das comunidades é o principal risco associado ao desenvolvimento de projetos de mineração na região (1).

Vendo o alto preço que as comunidades pagam pelo desenvolvimento das atividades extrativas, é válido considerar que essas populações “subsidiem” as multinacionais do setor. No entanto, o Estado justifica dizendo que “não se faz omelete sem quebrar ovos”. Só que, neste caso, nem todos são convidados para a festa: a renda gerada pela exploração dos recursos naturais não contribui para o desenvolvimento das zonas de produção e das áreas rurais em geral. A distribuição das receitas do governo é altamente desigual, como mostra o gráfico a seguir:



O gráfico mostra como a riqueza nacional é distribuída entre a população dos países da África Central. A população de cada país foi dividida em cinco grupos, cada um dos quais compreende 20% dos habitantes do território. O quadro mostra qual porcentagem da riqueza nacional em cada país é controlada por qual grupo. Verifica-se que os 20% mais ricos controlam cerca de 50% da riqueza nacional (por exemplo, 47% em Camarões e 63% na República Centro-Africana). Os 20% mais pobres controlam apenas entre 3 e 7% da riqueza nacional. Essas populações mais pobres geralmente estão situadas em áreas rurais, onde são realizados os projetos de extração de recursos naturais, para os quais elas perdem não apenas seu espaço, mas também os recursos de que necessitam para sobreviver. As receitas geradas são voltadas prioritariamente a atender as necessidades das classes sociais mais ricas.

### 3. As florestas recuam diante da primazia do subsolo sobre o solo

Uma das ferramentas de gestão florestal em toda a Bacia do Congo era a do ordenamento florestal. Ela organizava espaços, de forma supostamente racional, em áreas protegidas, zonas para vários objetivos e zonas para exploração madeireira em grande escala. Dentro desses espaços, a administração florestal se encarregava de evitar que as atividades planejadas levassem a uma deterioração irreversível da biodiversidade. O auge do setor extrativo perturba esse dispositivo, e o corte de florestas, em muitas zonas, será realizado sem respeitar o ordenamento florestal. Um estudo estimou que, em 2012, houve 50 casos de sobreposição de concessões florestais e licenças de mineração em Camarões, o que expôs a floresta a desmontes que não correspondiam a nenhum plano de exploração florestal. Além disso, por serem realizadas, às vezes, em concessões outorgadas, essas atividades de mineração violam as normas existentes, destruindo as parcas conquistadas de duas décadas de gestão de florestas regionais.

As áreas protegidas não escapam desses impactos, e o próprio estudo constatou que, no caso de Camarões, 28 licenças de exploração de petróleo e mineração tinham sido concedidas em 15 áreas protegidas diferentes (2).

O quadro a seguir mostra as sobreposições no sul de Camarões.



Mapa da sobreposição entre licenças de mineração e zonas florestais (áreas protegidas e concessões florestais) no sul de Camarões.

Considerando-se que se estabelece em um entorno no qual já existem concessões florestais, plantações e outros usos do espaço e dos recursos, os projetos extrativistas em larga escala têm impactos ambientais que se somam aos já existentes. E, como os estudos de impacto são realizados por projeto, pois não se prevê que sejam feitos em nível estratégico e regional, qualquer novo projeto poderá fazer com que os impactos acumulados deixem de ser aceitáveis e passem a ser irreversíveis.

#### 4. O que isso nos ensina?

A principal lição é que, nos países da África Central, são as comunidades que pagam o preço mais alto pela exploração dos recursos naturais, principalmente quando se trata de atividades de mineração, mas essas mesmas comunidades são excluídas dos benefícios das atividades. Os riscos para o meio ambiente são grandes, como o é a capacidade desses projetos de destruir os meios de subsistência das comunidades vizinhas. Os países não têm os recursos humanos nem um sistema jurídico que lhes permita regulamentar e controlar de forma eficaz as atividades das multinacionais. Portanto, nada justifica que esses países tenham pressa de desenvolver a exploração de seus recursos extrativos enquanto não tiverem um dispositivo adequado para garantir que eles sejam rentáveis para o Estado e que não causem danos para as pessoas e para o meio ambiente. Como os recursos do subsolo não são perecíveis, eles só vão se valorizar com o tempo.

Samuel Nguiffo, [snquiffo@yahoo.fr](mailto:snquiffo@yahoo.fr)

Edwige Jounda

Centre pour l'Environnement et le Développement (CED), Yaoundé, Camerún.

<http://www.cedcameroun.org/>

(1) <http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion1/infraestructura-desarrollo-y-recursos-naturales-en-africa-algunos-ejemplos-de-camerun/>

(2) Ver Schwartz, Hoyle e Nguiffo, Tendances émergentes dans les conflits liés à l'utilisation des terres au Cameroun, Yaoundé, WWF, CED, RELUFA, 2012.

Mais informações:

1) Informação sobre o projeto petrolífero do parque Virunga:

[http://www.wwf.be/fr/que-faisons-nous/actualites/regions-menacees/parc-virunga-le-wwf-porte-le-cas-de-lexploration-petroliere-de-soco-devant-locde/53\\_1111](http://www.wwf.be/fr/que-faisons-nous/actualites/regions-menacees/parc-virunga-le-wwf-porte-le-cas-de-lexploration-petroliere-de-soco-devant-locde/53_1111),

<http://www.wwf.fr/?2740/Une-victoire-pour-la-planete-la-compagnie-petroliere-SOCO-n-explorera-pas-dans-le-parc-des-Virunga>,

<http://www.wwf.fr/?1901/Une-grande-victoire-pour-la-protection-de-la-nature-remporte-contre-une-compagnie-petroliere>.

2) Informação sobre o oleoduto Chade-Camarões:

<http://ewebapps.worldbank.org/apps/ip/Pages/AllPanelCases.aspx>.

3) Estudo sobre as sobreposições de licenças de exploração de recursos naturais e os riscos para as áreas protegidas de Camarões:

[http://wwf.panda.org/wwf\\_news/?205591/Land-use-conflicts-Cameroon](http://wwf.panda.org/wwf_news/?205591/Land-use-conflicts-Cameroon).



### As atividades de mineração matam camponeses e pescadores da Indonésia

Durante os últimos dez anos, o governo indonésio emitiu muitas licenças de mineração com o argumento de aumentar o crescimento econômico do país e sua capacidade de concorrência na Ásia e em nível internacional. De acordo com dados do Ministério da Energia e Recursos Minerais, existem aproximadamente 10.918 licenças de mineração emitidas pelos governos central, provinciais e distritais. Além disso, existem 41 licenças para Contratos de Trabalho e 75 que foram concedidas especialmente para carvão, com diferentes extensões de hectares arrendadas a empresas nacionais e multinacionais (1). A propagação das licenças de mineração é de âmbito nacional, e há 3.058 delas na região de Sumatra, 3.907 na região de Kalimantan, 1.591 na região de Sulawesi, 438 na região das Ilhas Molucas, 245 na região de Papua, 467 na região de Bali Nusa Tenggara e 1334 na região de Java.

O dano ambiental e social causado por essa expansão também ocorreu em todos os lugares, não só nas florestas ou em terras comunitárias, mas também nos litorais e pequenas ilhas da Indonésia. A meta de produção e extração mineira está aumentando a cada ano, em sintonia com a taxa crescente de degradação ambiental. Os danos causados pelo setor corporativo de mineração já atingem todas as regiões da Indonésia. As minas artesanais, no entanto, que igualmente vêm aumentando cada vez mais em todo o país, também estão causando danos. As minas geram problemas não só durante a extração e o processamento de minerais, mas também durante a primeira fase das operações, que está relacionada às áreas de produção de comunidades de camponeses e pescadores, que são amplamente exploradas pelas empresas e, por conseguinte, expropriadas.



Os problemas relacionados à mineração são praticamente os mesmos em termos de tipos e características, como a criminalização das populações locais que resistem aos projetos por parte do aparelho estatal e os importantes danos ecológicos que geram impactos adversos para as condições ambientais e os meios de subsistência das pessoas. A ilha de Bornéu é um exemplo muito preocupante em termos de danos ecológicos, por causa dos impactos da extração de carvão contínua para atender à demanda mundial, bem como para a demanda de energia nacional, ainda dependente do carvão.

A produção de carvão da Indonésia continuou a aumentar até 2014. Sucessivos dados de produção de carvão no país para os últimos cinco anos mostraram que a produção foi de 325 milhões de toneladas em 2010, 371 milhões em 2011, 386 milhões em 2012, 421 milhões em 2013, 435 milhões em 2014, e a meta do governo para 2015 é de 420 milhões de toneladas. Após o esgotamento do mineral ou minerais extraídos, o que resta também é uma ameaça às comunidades, porque antigos locais de minas são abandonados sem quaisquer tentativas de reabilitação das áreas ou fechamento adequado das escavações. Na cidade de Samarinda, Kalimantan Ocidental, por exemplo, algumas minas a céu aberto já tiraram a vida de pessoas, porque a água estagnada que cobre o poço da mina é usada pelas crianças como um pequeno lago e um local para brincar. Até agora, dez crianças já morreram por brincar e nadar no buraco. Mesmo que isso tenha acontecido repetidas vezes, os governos locais e as empresas que deixaram os lugares não tomam qualquer atitude para impedir esses eventos, por exemplo, fechando o buraco imediatamente ou proporcionando segurança ao redor da área para que as pessoas não tenham mais acesso ao local.

Distribuição de Minas na Indonésia



As ilhas de Bangka Belitung, as maiores fornecedoras de estanho para a indústria de eletrônicos em todo o mundo, também têm assistido ao sofrimento das populações de pescadores locais, porque as atividades de mineração de estanho são realizadas no mar, em territórios de pesca. A maior empresa ainda em operação até hoje é a “PT. Timah Tbk”, uma estatal que expande continuamente suas atividades de mineração no mar, juntamente com várias outras empresas privadas que fazem mineração de estanho no mar, em pequenas áreas usadas por pescadores para seu trabalho. Estima-se que cerca de 3.000 dragas de sucção operem ao redor da Ilha de Bangka. Várias comunidades de pescadores têm protestado com frequência contra o governo e a empresa, porque seus meios de subsistência são afetados, reduzindo seus rendimentos, bem como o potencial estoque de peixes. Eles inclusive enfrentam problemas para pescar apenas para atender às necessidades alimentares de suas próprias famílias. Além disso, o ecossistema de recife de coral é muito prejudicado e sua função como local de desova também é afetada devido às águas cada vez mais turvas do mar, com lama e sedimentos, que cobrem os recifes de coral. Os conflitos também estão aumentando na Ilha de Sulawesi, já que a empresa está usando a estratégia de incitar e criar confrontos entre os moradores locais. Por esta razão, o aparelho de segurança do Estado foi levado à área para proteger a empresa.

Em nível nacional, a terra abrangida pelo setor de mineração atingiu 3,2 milhões de hectares e é de propriedade de 1.755 empresas cujos acionistas são nacionais e multinacionais. Para a WALHI, uma ONG ambiental indonésia, o maior problema das empresas de mineração é sua destruição ambiental predatória, bem como a sua “colaboração” mútua com o governo. O desastre ecológico causado pelas

atividades de mineração é enorme, por exemplo, inundações resultantes da redução da área de captação de água, deslizamentos de terra, danos a terras agrícolas que resultam em quebras de safra, poluição de rios e zonas costeiras.

As terras altas da Ilha de Papua são controladas há décadas pela empresa de mineração “PT. Freeport Indonesia”, dos Estados Unidos, contribuindo para um extraordinário dano ao meio ambiente. Além disso, as atividades de mineração ameaçam os povos indígenas que vivem nas montanhas, bem como as vidas do povo kamoro, que reside no litoral. As zonas costeiras têm sido usadas há anos como locais de descarte por parte da empresa. Os kamoros têm que conviver todos os dias com resíduos tóxicos, o que também afeta o consumo local de alimentos, comprovadamente poluídos por metais pesados. Atualmente, eles têm que lutar novamente para resistir ao plano de desenvolvimento industrial da empresa, que inclui uma fundição em seu território tradicional. O plano da empresa é apoiado pelo governo. No entanto, o chefe dos kamoros declarou que eles o rejeitam e que estão prontos para lutar se o plano continuar. Eles não querem acrescentar mais miséria ao que as próximas gerações já terão de enfrentar: resíduos de indústrias. Além da fundição a ser construída, o governo também planeja uma fábrica de cimento e outras que marginalizariam ainda mais a vida da comunidade indígena kamoro em Papua.

Outro exemplo são as Ilhas Molucas do Norte, que também sofrem muita pressão do setor de mineração. O projeto “Weda Bay Nickel”, do grupo francês de mineração e metalurgia ERAMET, está causando graves danos ambientais e conflitos comunitários, incluindo a criminalização de pessoas pelas forças de segurança. As ilhas Nusa Tenggara também sofrem cada vez mais pressão das muitas minas de manganês da região, o que tem criado conflitos com os povos indígenas, devido à destruição e à poluição de suas terras agrícolas, e à destruição de seus meios de subsistência.

O meio ambiente da Indonésia continuará a ser ameaçado e destruído pelo setor de mineração se o governo não fizer imediatamente uma revisão de todas as licenças que foram emitidas. As empresas que serão consideradas culpadas dessa destruição e ignoraram as vidas das comunidades locais devem interromper imediatamente suas atividades e ser processadas por seus atos criminosos. Além disso, o governo está emitindo muitas licenças de mineração atualmente. Tendo em conta os impactos negativos em todo o país, é crucial pôr fim a isso, para dar uma oportunidade às comunidades e ao meio ambiente para lidar com esses impactos, iniciar um processo de reabilitação do bem-estar das comunidades em todos os níveis e recuperar física e ecologicamente as terras que essas comunidades usam para trabalhar.

Edo Rakhman, [edowalhisulut@gmail.com](mailto:edowalhisulut@gmail.com)

Walhi, <http://www.walhi.or.id/>

(1) “Contratos de Trabalho” e “Contratos de Trabalho para Mineração de Carvão” são dadas pelo governo indonésio e são diferentes das licenças de mineração.

---



## Mineração, militarização e criminalização dos protestos sociais na América Latina

Não é novidade que os projetos extrativistas em larga escala em toda a América Latina impuseram um modelo de extração e exportação cada vez mais profundo. A concorrência para ser o destino de investimentos em mineração, petróleo, silvicultura ou pesca é uma característica da maioria dos países da região. No entanto, o modelo extrativo recebe cada vez mais críticas e resistência de amplos setores da sociedade, incluindo a academia, as organizações de direitos humanos e os movimentos sociais.

Entre as principais críticas está a que diz que o extrativismo não só não tirará os países da pobreza e da dependência econômica, mas manterá essa condição – afetando principalmente as populações indígenas e camponesas – o que se tornou conhecido como “a maldição da abundância” (1).

Esta “maldição da abundância” se tornou a maldição do extrativismo em larga escala, empresarial. A imposição de projetos de mineração, petróleo, gás, silvicultura e outros afeta gravemente a saúde dos territórios e de suas populações. A mineração, por exemplo, resultou em um número cada vez maior de conflitos com as comunidades locais, tanto que hoje, na América Latina, não se concebem projetos de mineração sem conflitos ambientais e resistência da comunidade.

Diz-se que o setor de mineração enfrenta três doenças importantes: dificuldade de encontrar novos depósitos, aumento dos custos de produção, e cada vez mais falta de autorização social e também rejeição das comunidades (2).

As duas primeiras têm soluções técnicas. A terceira, no entanto, tem sido tratada com abordagens diferentes – sem sucesso até à data. Inicialmente, as empresas de mineração promoveram a ideia de uma “Responsabilidade Social Corporativa” (RSC) através da criação de fundações e doações às comunidades locais, convenientemente negligenciadas pelos Estados. A seguir, vieram as políticas de “boa vizinhança”, acompanhadas de cooptação, corrupção, divisão e desagregação social. O fracasso dessas estratégias acabou levando empresas e governos a impor seus projetos, enfrentando a oposição por meio da criminalização dos protestos sociais.

Atualmente, são constantes as denúncias em relação a líderes de protestos contra os projetos de mineração, como foi o caso de Javier Ramirez, dirigente do movimento local contra a mina na comunidade de Íntag, norte de Quito, no Equador. O subsolo de Íntag tem cerca de 318 milhões toneladas de cobre que a “Empresa Nacional Minera” planeja extrair (3). Depois de ele ser preso injustamente, a comunidade foi militarizada, inculcando o medo através das armas. Embora não tenham conseguido, como aconteceu em muitos casos, neutralizar a rejeição da comunidade à mineradora, conseguiram implementar a autocensura e o medo de expressar abertamente suas opiniões sobre esse modelo extrativista.

No Chile, um contingente policial manteve praticamente sequestrada a comunidade de Caimanes, a leste do porto de Los Vilos, enquanto ela se mobilizava e tomava as estradas de acesso às instalações da “Minera Los Pelambres”, da Antofagasta Minerals. A comunidade exigiu o cumprimento da decisão judicial que determinou a restituição das águas sob controle da mineradora para a construção e a operação do dique de contenção de rejeitos El Mauro. No último período do conflito, o povoado de Caimanes permaneceu mobilizado por mais de três meses, exigindo o que o Supremo Tribunal lhe

concedeu e a empresa se recusa a cumprir.

As forças da ordem militarizaram a zona, deslocando forças especiais para impedir que a comunidade, por meio de pressão social, finalmente obtivesse o seu direito consagrado pela decisão judicial de última instância. Em uma entrevista em abril de 2015, o porta-voz do Comitê de Defesa de Caimanes, Cristián Flores, disse: “Antes da chegada da Pelambres, El Mauro era uma selva no deserto, tínhamos uma floresta de 70 hectares de pura canela chequén, que foi sepultada debaixo milhões de toneladas de rejeitos. Havia peumos, murtas e milhares de outras árvores nativas de diferentes espécies. Havia tranquilidade, ar limpo, sem qualquer poluição. Tínhamos uma cultura própria... e tudo foi perdido”. E acrescentou: “Agora há uma enorme divisão: pais brigaram com filhos, irmãos com irmãos, e amigos de uma vida” (4).

Tristemente célebre também é o caso de Máxima Acuña, moradora da cidade de Celendín, em Cajamarca, Peru, onde a mineradora Yanacocha, conhecida mundialmente por sua violação aos direitos humanos e o uso da força com seu grupo de guardas particulares, conhecido como “Forza”, conseguiu burlar decisões judiciais que haviam favorecido repetidamente a família de Máxima com relação à propriedade de suas terras. A Yanacocha (propriedade das empresas Newmont Mining Corporation, do grupo nacional peruano Cía. Nacional Buenaventura e da Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial) planeja ampliar suas atividades de mineração em Cajamarca para extrair ouro, afetando lagoas e áreas de mananciais que são essenciais para a sobrevivência das populações locais. Apesar de se terem reconhecido os direitos da família sobre terras reivindicadas pela Yanacocha para desenvolver seu projeto de mineração Conga, o assédio e abusos continuam, como se o vento tivesse levado a voz da justiça.

Máxima foi criminalizada pela promotoria, a pedido da Yanacocha, e condenada em primeira instância à prisão e ao pagamento de uma indenização à mineradora. A seguir, após um recurso, foi absolvida de todas as acusações, e teve reconhecidos seus direitos sobre suas terras. Aparentemente, no Peru, isso não é suficiente e, como tem sido a tendência, a criminalização é um dos últimos recursos usados, depois de falharem as outras estratégias de dissuasão e convencimento.

No Peru, várias leis recentes têm aumentado de forma indiscriminada as penas para os crimes contra a ordem pública, flexibilizado os requisitos para intervenção de forças militares em conflitos sociais e facilitado a impunidade dos agentes que cometem excessos. Apenas em torno do conflito sobre o projeto de mineração Conga, abriram-se mais de 50 processos criminais e/ou de investigação contra cerca de 250 participantes das marchas, acusando-os dos mais extremos delitos de sedição, puníveis com até 25 anos de prisão (5).

Nos casos mencionados, e em muitos outros, a criminalização por meio de judicialização tem sido uma prática comum em países como Peru e Equador. No Peru, a maioria das ações de criminalização é desconsiderada em instâncias superiores, o que reflete uma cumplicidade entre governo, empresas e parte dos juízes locais em casos que não se sustentam juridicamente.

No Equador, por outro lado, a dependência política e o medo infundido pelo governo central ao poder judiciário conseguiram a prisão injusta de líderes e a militarização de várias áreas para impor projetos extrativistas em larga escala. A falta de independência do poder judiciário no Equador gerou um alto grau de autocensura e aumentou os riscos de se fazer oposição ao extrativismo, gerando muita incerteza e medo na população.

Enquanto isso, em Honduras, a concessão de territórios e recursos naturais é um fenômeno que se agravou nos últimos cinco anos, devido ao fomento ao extrativismo em larga escala por parte do governo hondurenho. Essa situação faz com que os conflitos ambientais em comunidades se multipliquem, já que elas têm sofrido os impactos sociais do extrativismo e seus habitantes têm tido que enfrentar a violação de seus direitos humanos pelas transnacionais e por um Estado que tem uma postura permissiva. Com um total de 837 concessões mineiras, 411 já concedidas e 426 em estudo, calcula-se uma área provável de concessão de 6.630 km<sup>2</sup>. (6)

A mineração se expandiu territorialmente, e cada vez mais ecossistemas diversos aparecem pressionados pela expansão dessa atividade: na América Latina, pode-se citar o caso dos páramos, os sistemas de lagoas alto-andinas, as cabeceiras das bacias, a Amazônia, as geleiras, entre outros. O fato é que não há mineração sem controle de grandes extensões de terra, e da água e outros recursos naturais que, antes da chegada da mineração, eram manejados pelas pessoas que estão ameaçadas



por essa atividade.

Esses exemplos nos mostram que o extrativismo em larga escala foi instalado na América Latina como um ato de fé nos mandatários da região e, como no passado, ele se impõe a sangue e fogo, às vezes custando a vida, a liberdade e a democracia de nossos povos. A criminalização das pessoas que se opõem à imposição de atividades extrativas é um problema de nível continental que prejudica líderes comunitários, ativistas, autoridades e religiosos, independentemente da orientação política dos governos. No entanto, isso não diminuiu a resistência cada vez mais maciça pela defesa e a recuperação dos direitos imprescindíveis para a sustentação de projetos políticos de justiça e igualdade na região. A defesa dos territórios tem sido e continua a ser um componente central que caracteriza essa fase da expansão da mineração.

Veja mais informações em: [“Conflictos Mineros en América Latina: Extracción, Saqueo y Agresión. Estado de la situación en 2014”](#), OCMAL, abril de 2015.

César Padilla, [cesarpadilla1@gmail.com](mailto:cesarpadilla1@gmail.com)

Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina, OCMAL,  
[www.conflictosmineros.net/](http://www.conflictosmineros.net/)

1. <http://www.extractivismo.com/documentos/AcostaMaldicionAbundancia09.pdf>
2. [http://www.visualcapitalist.com/new-vision-mining-company-of-the-future/?utm\\_source=Visual+Capitalist+Infographics+%28All%29&utm\\_campaign=84ad817df0-Most+Valuable+Cash+Crop&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_31b4d09e8a-84ad817df0-43798153](http://www.visualcapitalist.com/new-vision-mining-company-of-the-future/?utm_source=Visual+Capitalist+Infographics+%28All%29&utm_campaign=84ad817df0-Most+Valuable+Cash+Crop&utm_medium=email&utm_term=0_31b4d09e8a-84ad817df0-43798153)
3. <http://www.elcomercio.com/actualidad/intag-javier-ramirez-mineria-detencion.html>
4. <http://www.proceso.com.mx/?p=400835>
5. <http://www.parthenon.pe/columnistas/jose-saldana-cuba/criminalizacion-de-la-protesta-y-el-consenso-represivo/>
6. <http://www.conflictosmineros.net/agregar-documento/publicaciones-ocmal/conflictos-mineros-en-america-latina-extraccion-saqueo-y-agresion-estado-de-situacion-en-2014/detail>



### As compensações de biodiversidade facilitam a continuação da destruição enquanto as empresas de mineração fazem negócios como de costume

Durante bem mais de uma década, empresas de mineração, como Newmont e Rio Tinto, têm participado de programas voluntários de compensação de biodiversidade (1), mesmo onde a lei não exige isso. Sendo assim, que interesse as empresas de mineração têm em se envolver em compensação, mesmo onde não existe legislação que as obrigue a isso? O relatório de uma oficina organizada conjuntamente pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), em 2003, apresenta uma ideia inicial: “Os participantes concordaram em explorar o uso de compensações de biodiversidade, reconhecendo que pode haver um momento em que o investimento nessas compensações

proporcione benefícios sociais, ambientais e econômicos maiores do que tentar mitigar todos os impactos.” (2) Esses “benefícios maiores” (para as empresas de mineração) ficam ainda mais claros quando se considera a “sobreposição significativa entre os locais onde há atividade de mineração e de exploração e áreas de alto valor de conservação”, como mostrado por um relatório de 2003, do World Resources Institute (WRI). Com seu foco em áreas consideradas de “alto valor de conservação”, a avaliação do WRI desconsidera que o dano da mineração para as comunidades é real também em áreas não consideradas de “alto valor de conservação” por essas avaliações internacionais de biodiversidade. No entanto, o relatório sugere convincentemente que a oposição internacional à destruição causada pela indústria de mineração provavelmente aumentará à medida que a indústria avançar mais sobre as áreas de “alto valor de conservação” que ainda restam.

A mesma visão é ecoada em um relatório de 2005 dirigido ao setor de mineração, onde o ICMM reforça o potencial das compensações como ferramenta para reduzir o risco que a destruição da biodiversidade representa à reputação. O relatório conclui que as compensações de biodiversidade “poderiam oferecer um meio de garantir o acesso contínuo a recursos, garantindo licenças para operar”. (3) O documento se concentra nos esquemas de compensação como parte de uma estratégia para a “manutenção da licença para operar e ter acesso a terras que, de outra forma, poderiam estar indisponíveis à empresa”. O relatório cita o exemplo de que “o investimento da Alcoa em atividades de gestão da biodiversidade nas minas da floresta de Jarrah, na Austrália, é feito, em parte, para ajudar a garantir que a empresa mantenha o direito de arrendar terras para mineração”. Na mesma linha, a Rio Tinto – uma das que faz o “teste-drive” de uma iniciativa do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês), o Guia Corporativo para Avaliação de Ecossistemas – fala sobre o seu interesse em compensações de biodiversidade: “O foco crescente na exploração, nos países em desenvolvimento, significa que o potencial de conflito pelo uso da terra vai se tornar um problema cada vez mais importante para a Rio Tinto. [...]”. (4)

Um relatório conjunto da UICN e da Rio Tinto, e uma apresentação de um representante da mesma empresa em uma conferência de mineração, sugerem um motivo a mais para o interesse da indústria de mineração em compensações de biodiversidade. O relatório e a apresentação também mostram que, para a Rio Tinto, o REDD+ é apenas uma variação das compensações de biodiversidade: “Para empresas como a Rio Tinto, métodos robustos de valorização de serviços ecossistêmicos e o desenvolvimento de mercados que funcionem bem para esses serviços poderiam ser uma oportunidade de usar propriedades não operacionais para gerar novas fontes de receita para a empresa, em atividades de conservação”, afirma o relatório, enquanto os slides da apresentação na conferência observam que “os projetos de REDD representam uma oportunidade significativa para a Rio Tinto capitalizar sobre a sua posse de terras não operacionais”. A apresentação menciona que “os projetos de REDD podem ser usados para ajudar a atender aos compromissos da Rio Tinto diante das mudanças climáticas”, e que a empresa está “atualmente explorando projetos do tipo REDD em Madagascar e na Guiné” e “procurando identificar oportunidades para criar bancos de conservação em suas propriedades não operacionais”. (5)

Outro aspecto relacionado ao dinheiro que explica o interesse da indústria de mineração nas compensações de biodiversidade é que elas facilitam o acesso ao capital. A mineração requer grandes investimentos, e boa parte desse dinheiro (ainda) vem de bancos, tanto privados quanto públicos. Para muitos desses bancos, os chamados “Padrões de Desempenho da IFC” são uma referência importante. A Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês) é o braço do Banco Mundial que empresta dinheiro para empresas do setor privado. Desde 2012, o Padrão de Desempenho 6 da IFC exige que as empresas que procuram financiamento da entidade demonstrem como vão “compensar” o dano que suas atividades causarão à biodiversidade. (Ver [artigo no Boletim 213 do WRM](#), abril de 2015).

Essa referência à compensação da biodiversidade nos Padrões de Desempenho da IFC provocou um aumento visível do interesse nas compensações por parte de empresas, em particular na indústria de mineração. Por exemplo, em sua página na internet, a consultoria Hardner & Gullison diz que “ajudou algumas das maiores empresas do mundo no setor extrativo a desenvolver práticas de gestão da biodiversidade e a cumprir o Padrão de Desempenho 6 (PS6) da Corporação Financeira Internacional (IFC)”. A página da consultoria menciona especificamente a assessoria sobre programas de compensação de biodiversidade para a Rio Tinto, a Minera Panamá (mina de cobre Cobre Panamá, no Panamá), Barrick Gold (expansão da mina de ouro Pueblo Viejo, na República Dominicana, projeto de mineração de ouro Pascua Lama, no Chile, mina de cobre Lumwana, em Zâmbia) e Newmont (projeto Conga, no Peru, projeto Akyem, em Gana), bem como em um programa voluntário de compensação da

biodiversidade para a Antamina, no Peru.(6) A Rio Tinto explica seu envolvimento em compensações de biodiversidade, neste caso, relacionado a suas operações de mineração na Mongólia: “Oyu Tolgoi – Mongólia: Este projeto em desenvolvimento é necessário para atender a requisitos específicos de compensação da biodiversidade e perda líquida zero, segundo o Padrão de Desempenho e da Corporação Financeira Internacional sobre a biodiversidade”.(7)

O poder que os Padrões de Desempenho da IFC têm de definir tendências põe em foco a importância não apenas do braço do Banco Mundial para o setor privado, mas da instituição como um todo, em seu trabalho com a indústria de mineração para criar um ambiente regulatório que facilite o acesso contínuo a depósitos de minérios. “O objetivo é transformar a legislação ambiental em instrumentos negociáveis”, declarou em várias ocasiões o cofundador da bolsa de valores ambiental Bolsa Verde Rio de Janeiro, Pedro Moura Costa, em referência a iniciativas de compensações. E o Banco Mundial está explorando ativamente a forma como essa transformação da legislação ambiental em instrumentos negociáveis poderia ser feita.

A Libéria é um dos países para os quais o Banco Mundial escolheu desenvolver uma estratégia nacional de compensação da biodiversidade. Em março de 2015, o Banco apresentou um “Regime Nacional de Compensação da Biodiversidade: Um roteiro para o Setor de Mineração da Libéria”, um relatório “que explora a viabilidade de se implementar um esquema nacional de compensação de biodiversidade na Libéria, para ajudar a minimizar os impactos negativos sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos resultantes da mineração”. (Ver Boletim 213 do WRM, de abril de 2015). O relatório descreve as compensações de biodiversidade como “uma oportunidade para o setor privado contribuir para uma rede subfinanciada de áreas protegidas”. Assim, a falta de financiamento para implementar a política governamental sobre áreas protegidas (que foi, ela própria, fortemente promovida pelo Banco Mundial e as ONGs internacionais de conservação envolvidas em parcerias corporativas com empresas do setor de mineração) é usada como justificativa para tornar mais fácil a mineração em “hotspots de biodiversidade”, desde que a destruição de um desses locais seja compensada por financiamento de gestão de áreas protegidas (provavelmente por uma ONG internacional) de outro “hotspot da biodiversidade”. O que a proposta do Banco Mundial não menciona é que as concessões de mineração que mais se beneficiarão de um programa de compensação de biodiversidade desse tipo na Libéria estão localizadas na região de maior biodiversidade do país. E, claro, a mineração nessas áreas vai destruir não só florestas ricas em biodiversidade, mas também os meios de subsistência de comunidades que dependem dessas florestas e da biodiversidade que elas contêm. Também no Panamá, a indústria de mineração se concentra em sua contribuição para o financiamento de áreas protegidas ricas em biodiversidade. A compensação de biodiversidade da Minera Panamá SA (MPSA) “inclui apoio a três áreas protegidas: o Parque Nacional de Santa Fé (72.636 ha), o Parque Nacional Omar Torrijos (25.275 ha) e uma nova área protegida a ser estabelecida no Distrito de Donoso (cerca de 150.000 ha). Essas áreas protegidas têm apoio financeiro limitado e são vulneráveis ao desmatamento. [...] A MPSA [...] procura alcançar um benefício líquido para os habitats naturais que serão afetados, com sua pegada de 5.900 ha e os potenciais impactos indiretos associados”. (8)

As muitas formas de conflitos, contradições e mentiras associadas à implementação de iniciativas de compensação, principalmente relacionadas a compensações de carbono, foram documentadas pelo WRM e outras organizações (ver, por exemplo, o site do WRM sobre Mercantilização da Natureza). E, embora ainda haja pouca documentação sobre experiências de comunidades com programas de compensação de biodiversidade ligados à indústria da mineração, não há razão para se acreditar que a situação vá ser diferente para as comunidades afetadas por esses projetos de compensação de biodiversidade em relação à experiência que comunidades que dependem da floresta tiveram com projetos de REDD+ (veja, por exemplo, “REDD: uma coleção de conflitos, contradições e mentiras”). A coleção do WRM cita um relatório da organização colombiana Fundepublico, que destaca que, além da terra tomada para mineração e infraestrutura, esses esquemas de compensação também ocupam grandes áreas de terra. O conflito, portanto, é previsível: “As empresas não conseguem encontrar a terra para estabelecer as compensações, e o quebra-cabeça de combinar a demanda por compensação com a oferta de compensação ainda não foi resolvido”. É difícil ver como esse quebra-cabeça pode ser resolvido sem afetar negativamente os meios de subsistência de muitas comunidades que dependem da terra – e não apenas na Colômbia, onde resolver o quebra cabeças envolveria encontrar locais de compensação para mais de 8 milhões de hectares em concessões de mineração, pelo menos 1,5 milhão de hectares de concessões de petróleo e gás, e milhares de quilômetros de rodovias que estão por vir.

(1) Os programas de compensação são baseados na suposição de que se pode continuar destruindo a biodiversidade sem causar danos ambientais, desde que a destruição em um lugar seja “compensada” por mais proteção à biodiversidade de um tipo comparável em outro lugar. O conceito foi aplicado pela primeira vez na década de 1970, nos Estados Unidos, para permitir a contínua destruição das zonas úmidas, embora as funções ecológicas dessas zonas estivessem protegidas pela Lei da Água Limpa. Em 1997, o Protocolo de Quioto, o tratado climático da ONU, incorporou as compensações de carbono como forma de os países industrializados evitarem a redução das suas emissões de gases do efeito estufa em casa pagando por projetos de redução de emissões em outros países do Sul global.

(2) International Council on Mining & Metals (2005): Biodiversity Offsets – A Briefing Paper for the Mining Industry.

(3) International Council on Mining & Metals (2005): Biodiversity Offsets – A Briefing Paper for the Mining Industry.

(4) WRM (2014): Trade in Ecosystem Services. When Payment for Environmental Services delivers a Permit to Destroy. <http://www.wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2014/04/Trade-in-Ecosystem-Services.pdf> e link para o relatório do WBCSD com estudos de casos corporativos sobre compensação de biodiversidade: <http://www.wbcsd.org/work-program/ecosystems/cev/roadtesters.aspx>

(5) IUCN e Rio Tinto (2011): Exploring ecosystem valuation to move towards net positive impact on biodiversity in the mining sector. IUCN and Rio Tinto Technical Series No1. Gland, Switzerland: IUCN. Apresentação de Stuart Anstee, em 19 de setembro de 2008, na Conferência AEMEE. Título da apresentação: Opportunities and Risks for Rio Tinto Biodiversity & Ecosystem Services. 21 diapositivas. [http://www.aemee.org.au/common/pdf/anstee\\_stuart2008.pdf](http://www.aemee.org.au/common/pdf/anstee_stuart2008.pdf)

(6) <http://www.hg-llc.com/corporate-biodiversity-management.html>

(7) WBCSD (2012): Biodiversity and ecosystem services scaling up business solutions. Company case studies that help achieve global biodiversity targets. <http://www.wbcsd.org/Pages/EDocument/EDocumentDetails.aspx?ID=14923&NoSearchContextKey=true> 31

(8) ICMM & IUCN (2012): “Independent report on biodiversity offsets. Prepared by The Biodiversity Consultancy”.



### O Testemunho da Insustentabilidade: A experiência da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

Atualmente, o setor da mineração é um dos principais motores do sistema econômico mundial. Em diversos países, são recorrentes os casos de expropriação das populações nativas com a perda do território, desagregação dos laços de solidariedade da comunidade, poluição e contaminação de territórios e de seus mananciais de água, exploração intensiva dos trabalhadores; além da criminalização dos grupos que ousam enfrentar as grandes corporações.



Um dos grandes ícones deste modelo expropriador da mineração é a empresa brasileira Vale S.A., antiga Vale do Rio Doce, que foi privatizada em 1997 (1). A Vale S.A. é a maior mineradora do Brasil e a terceira companhia na indústria global de mineração de metais. Líder mundial na produção de minério de ferro e segunda maior produtora de níquel, a Vale destaca-se ainda na produção de manganês, cobre, carvão, pelotas, ferroligas e alguns fertilizantes. Presente em cerca de 30 países dos cinco continentes, esta multinacional atua a partir de uma cadeia integrada entre mineração, logística (transporte do minério através de ferrovias aos portos), energia (produção para suprir a sua própria demanda energética, que é enorme) e siderurgia (processo de transformação do minério de ferro em aço). Cada etapa da cadeia causa severos impactos sociais e ambientais.

Frente a este cenário global de atuação de uma grande multinacional, tornou-se necessária uma articulação global dos atingidos para garantir e fortalecer a resistência às violações de direitos causados pela Vale. A partir dessa necessidade, nasceu a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale que congrega, desde 2010, diversos grupos, como sindicalistas, ambientalistas, ONGs, associações de base comunitária, grupos religiosos e acadêmicos do oito países onde a empresa está presente, com o objetivo central de contribuir no fortalecimento das comunidades em rede, promovendo estratégias de enfrentamento aos impactos socioambientais relacionados à indústria extrativa da mineração, sobretudo os vinculados à empresa Vale S.A.

Ao longo das últimas décadas, as críticas sobre os impactos socioambientais provocados pela mineração conquistaram um importante espaço no debate político internacional. Inúmeros fatos e dados apresentados pela sociedade civil em diversos países ajudaram a consolidar a constatação de que não há mineração sem desastre e, do ponto de vista das empresas, passaram a representar um risco não apenas às suas reputações e aos seus negócios, mas à própria sobrevivência do setor de mineração como um todo. Como forma de antecipação a esse risco, a Vale, assim como as principais empresas do setor, vem se esforçando para transmitir à opinião pública a imagem de empresa que respeita o meio ambiente e as comunidades atingidas, dando a essa postura o nome de estratégia de sustentabilidade.

Isto posto, arrogante, a Vale acostumou-se a ignorar ou dar respostas insatisfatórias quando denunciada e cobrada por moradores de comunidades atingidas, movimentos sociais e representações sindicais ao redor do mundo, isentando-se de suas responsabilidades ao utilizar artifícios jurídicos, econômicos e políticos para esquivar-se das exigências e demandas de grupos impactados por seus empreendimentos.

Apesar da ampla difusão desta imagem na sociedade, propagada por caras campanhas publicitárias, a realidade é que a Vale tornou-se símbolo de violentos impactos socioambientais, desrespeito a leis trabalhistas e ambientais e de violações de direitos humanos. Dentre vários casos, um episódio ocorrido em março de 2013 é emblemático no sentido de expor as sórdidas ações que chegam a ser empregadas pela Vale para garantir a permanência da sua atuação e a alta lucratividade pelo prazo mais largo possível. Naquele mês um ex-funcionário da Vale apresentou ao Ministério Público Federal (MPF) brasileiro uma denúncia sobre o funcionamento da área de vigilância e inteligência da empresa. Suas informações revelam ações de espionagem da Vale sobre os próprios funcionários, jornalistas, e comunidades impactadas e movimentos sociais críticos aos projetos da empresa.

A revelação dessa lógica de funcionamento oferece à sociedade importantes indícios sobre o que realmente representa a sustentabilidade na estratégia dessa multinacional da mineração. Uma sustentabilidade do seu próprio *modus operandi*, garantidor de expressivos lucros, mesmo que, para obtê-los, seja necessário violar direitos.

Sabendo que não é fácil vir a público revelar, ecoar, difundir e enfrentar uma empresa como a Vale, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale busca atuar em diferentes frentes, agregando numerosas comunidades e redes de diversos países do mundo que subsidiam com informações a produção de vários documentos de pesquisa e denúncia das violações de direitos provocadas pela empresa, chegando a levar algumas delas até as instâncias de defesa internacional de Direitos Humanos.

Um dos pilares da atuação da Articulação é perspectiva de que o intercâmbio de informações e experiências de lutas entre as comunidades impactadas em diferentes países fortalece e potencializa as resistências locais, pois evidencia o contexto global de exploração e o padrão de atuação da empresa nos territórios. Os intercâmbios são momentos de fortalecer as ações de resistência e são

realizados através de Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale e de Caravanas, que percorrem diferentes localidades como forma de evidenciar as semelhanças e relações entre distintos grupos sociais.

Outro pilar são as intervenções nas Assembleias de Acionistas da empresa na qualidade de acionistas críticos. Essa intervenção é realizada todos os anos desde 2010 e tem como objetivo apresentar aos demais acionistas críticas sobre como a atual estratégia comercial da Vale, de expansão da oferta do minério de ferro e redução dos custos de produção, repercute no território: com maior e mais agressiva pressão pela flexibilização da legislação ambiental e pela agilização das licenças, intensificação da jornada de trabalho e o não reconhecimento de direitos trabalhistas e a intensificação dos conflitos com comunidades nos locais de operação.

Mais uma frente de atuação da Articulação é a produção de materiais que visibilizem os conflitos socioambientais que a empresa tanto busca esconder. Neste sentido, a Articulação produziu o Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo (2), com denúncias relacionadas a empreendimentos da empresa em oito países e seis estados brasileiros, lançado em 2010, e os Relatórios de Insustentabilidade da Vale 2012 (3) e 2015 (4), que tem o objetivo de contrapor, ponto a ponto, os eixos abordados pelo Relatório de Sustentabilidade da empresa. Além do prêmio “Public Eye Award” de pior corporação do mundo (5) dado a Vale em 2012, após ampla votação na internet.

O Relatório de Insustentabilidade Vale 2015, lançado um dia antes da participação da Articulação na Assembleia dos Acionistas da empresa, apresenta informações sobre mais de 30 casos de conflitos envolvendo toda a cadeia de produção da Vale em diferentes países. Os casos mais graves incluem o, já mencionado, episódio de espionagem e a acusação de trabalho em condições análogas às de escravo, que recentemente foi objeto de denúncias ao Ministério Público no Brasil. A publicação também apresenta casos de investimentos da Vale em projetos com pendências legais, associadas ao descumprimento da legislação de proteção ao meio ambiente.

No vasto elenco de violações apresentadas no relatório, destacamos três casos emblemáticos que nos permitem paralelo com outros, pois tocam em questões centrais como saúde, reassentamento e liberdade sindical. Em Moçambique, na província de Tete, no distrito Moatize, onde se encontra uma das maiores reservas de carvão do mundo, a Vale S.A. explora carvão mineral a céu aberto. Na área de carregamento e descarregamento, há uma alta concentração de poeira, que causa a perda da vegetação na região e coloca em risco a saúde dos habitantes. A partir de um estudo realizado, o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos Moçambicano (Iese) alertou que Moatize poderá enfrentar graves problemas de poluição atmosférica, devido às minas de carvão, além de constatar que a presença no ar de poluentes, como o dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e monóxido de carbono, poderá ser prejudicial para a saúde da população em longo prazo.

Também em Moçambique, a Vale é conhecida pelas péssimas condições em que reassentou mais de 1.300 famílias, retiradas de suas terras ocupadas há gerações para dar lugar ao projeto de extração de carvão da empresa na província de Tete. As famílias vivem com dificuldade de acesso à água, terra, energia, em terras impróprias para a agricultura, e não receberam, até o momento, as indenizações integrais a que têm direito. As casas, construídas pela própria Vale, já passaram por reformas ao menos três vezes devido às rachaduras, aos vazamentos e à erosão que abala a estrutura das casas. Vários protestos já foram realizados pelas famílias reassentadas, alguns com o bloqueio das estradas que dão acesso à mina da Vale. As famílias denunciam as precárias condições de vida a que estão sujeitas desde o final de 2009 e até o momento não houve nenhuma resposta satisfatória da empresa.

A Vale ainda é amplamente conhecida por seu desrespeito à livre associação e a cooptação de seus grupos críticos. Diversos sindicatos acusam a Vale de engessar as ações sindicais e criar empecilhos às tentativas de garantir melhores condições de vida e trabalho. O estilo de gestão da empresa é muitas vezes interpretado como uma estratégia para minar sutilmente a força dos sindicatos, e isolar as lideranças sindicais eleitas democraticamente. Em 2014 veio à tona a prática de cooptação da Vale no Sindicato Metabase Carajás (Pará) - maior sindicato mineiro do Brasil, localizado no coração da principal mina da Vale - quando, após 20 anos, um grupo de trabalhadores conseguiu inscrever uma chapa para concorrer à presidência do sindicato sem ser derrotada nos bastidores. Durante essas duas décadas, a empresa e o próprio movimento sindical cooptado alegavam a inexistência de oposição entre os trabalhadores, abafando a permissiva influência da empresa e a insatisfação dos trabalhadores.

A Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale seguirá atuando para revelar e dar visibilidade as práticas de atuação da empresa que se travestem do discurso de “responsabilidade social” e melhores práticas de governança corporativa como forma de subsidiar a formulação de uma política de dispêndios sociais, que atendam aos objetivos comerciais da empresa. O que se verifica como resultado dessa estratégia é a desarticulação da resistência e o aumento do controle territorial da Vale. Entretanto, as ações da Vale não nos farão desistir da luta por justiça, direitos, respeito aos modos de vida e ao meio ambiente e a buscar por autonomia e protagonismo dos atingidos, diretos e indiretos, nas decisões sobre as atividades econômicas que devem ou não ser desenvolvidas nos territórios.

Contestamos a poder absoluto da Vale e lutamos pelo fortalecimento dos trabalhadores e de todas as populações atingidas por suas ações.

Viver com dignidade não tem preço.

Maíra Sertã Mansur, Secretária Operativa da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale e pesquisadora.

Gabriel Strautman, Pesquisador do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS

1. Há cerca de cem ações populares com a finalidade de anular o processo de privatização da empresa. Em abril de 1997 a, então denominada, Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Com o seu valor subestimado em apenas US\$ 3,4 bilhões, a venda contou ainda com financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a participação dos fundos de pensão de grandes empresas estatais brasileira. Se for confirmado que houve sonegação e subavaliação de bens, a decisão pela nulidade da venda da Vale torna-se certa.
2. Link: [http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/dossie\\_versaoweb\\_1\\_0.pdf](http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/dossie_versaoweb_1_0.pdf)
3. Link: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2012/04/18/relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2012/>
4. Link: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2015/04/16/leia-relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2015/>
5. Link: <http://www.publiceye.ch/en/ranking/>



### O regime do setor de mineração de Gana: mau negócio para as comunidades locais afetadas

Apresentamos Nicholas Ennin, agricultor de 42 anos, de Etwebo, na região oeste de Gana. Em 2003 ou em torno daquele ano, as terras onde Lee e mais de mil agricultores plantavam foram tomadas pela

Chirano Gold Mines Limited (então de propriedade da empresa canadense Red Back Mining Inc., mas agora, da Kinross Gold Corp., também canadense), que exercia seu direito depois de obter um contrato de arrendamento para mineração do governo de Gana. Infelizmente, para Nicholas e muitas pessoas como ele em todo o continente, o Estado insiste em que sua tutela ou guarda sobre os recursos minerais, e a exploração que faz deles, está acima de tudo. Isso se dá, em grande parte, porque os recursos minerais “pertencem” ao povo (ou ao país em geral) e não se deve permitir que o interesse econômico de uma pessoa ou de uma minoria impeça esse uso, tirando o direito das comunidades determinarem para quem suas terras devem ser usadas. Além disso, as instituições estabelecidas para garantir que as preocupações das comunidades, em caso de reassentamento involuntário, sejam tratadas de forma adequada são fracas e têm poucos recursos. Considerando-se a prioridade dada ao capital estrangeiro em detrimento dos empreendedores locais, como Nicholas, o apoio do Estado às agências que atraem investidores estrangeiros simplesmente reduz aquelas criadas para promover as atividades locais.

Já faz mais de uma década e a empresa ainda não deu a Nicholas sequer um centavo por sua terra e seus meios de subsistência que foram destruídos. Esta é uma violação direta da Constituição de Gana, bem como da Lei de Minérios e Minas, sendo que ambas exigem que qualquer pessoa cujos direitos de superfície forem prejudicados por atividades de mineração receba “imediate pagamento de indenização justa e adequada”. No entanto, Nicholas Ennin e outros 24 agricultores afetados pelas atividades da Chirano Gold Mines ainda esperam pelos benefícios de seu direito constitucional a esse pagamento imediato.

A realidade em Gana é que o atual regime de mineração oferece um mau negócio às comunidades locais afetadas por essas atividades. Uma vez que o arrendamento é concedido (juntamente com licenças e autorizações associadas), a empresa alega que o seu direito aos recursos minerais sob a terra está acima dos direitos de superfície de agricultores que ganham a vida nas terras em que os recursos minerais estão localizados. Conseqüentemente, as empresas de mineração muitas vezes conseguem acessar as terras enquanto as negociações para a compensação ainda estão em andamento. Nos casos em que as negociações são rápidas, os agricultores afetados conseguem receber sua indenização antes de iniciar a mineração. Mas, em muitos casos, as atividades começam antes de as negociações e os pagamentos de indenização serem concluídos. E quando as negociações se arrastam, muitas vezes envolvendo litígios, as comunidades afetadas realmente sofrem. O caso da Chirano Gold Mines, durante a última década, fortalece esse argumento.

Quando a empresa assumiu o controle das terras de mais de 1000 agricultores em 2003 ou próximo àquele ano, eles exigiram o pagamento de uma indenização de 5 cedis (moeda da Gana) por pé de cacau maduro, mas a empresa rejeitou, e pagou 2,5 cedis por pé, entre 2004 e 2006, a mais de 1000 agricultores, depois de lhes informar que o valor da indenização aprovado pelo governo de Gana era de 2,3 cedis. Descobriu-se que isso não era verdade, já que o valor aprovado pelo Governo em 2003 havia sido de 5,22 cedis, mais do que o dobro do que foi pago. Vinte e quatro dos agricultores afetados rejeitaram o valor e recusaram a indenização da empresa. Esses agricultores ainda não receberam a sua indenização, já que o caso continua na justiça. Juntamente com aqueles que receberam a indenização, eles processaram a empresa já em 2006, quando descobriram que ela usava um valor que era menos de metade do aprovado como mínimo pelo governo. Em 2009, o então ministro responsável pelas Minas, Alhaj Collins Dauda, interveio e tirou o assunto da justiça para fazer um acordo, que se arrastou por alguns anos, em meio a mudanças ministeriais. Em 2013, os agricultores levaram o assunto de volta à justiça. No início de 2015, os que inicialmente haviam aceitado a indenização receberam a diferença com algum juro. O resto ainda espera.

Isso representa um aspecto dos problemas e desafios por que passam as comunidades afetadas por atividades de mineração. Outro aspecto importante é a dificuldade de encontrar outras atividades econômicas confiáveis para exercer, uma vez que a agricultura deixa de abrir caminho para atividades de mineração. Com a mineração atual usando muito capital, as oportunidades de emprego para a população local que perde suas terras são limitadas. Além disso, o início das atividades de mineração faz com que a população aumente, à medida que as pessoas chegam para realizar trabalhos que não podem ser acessados pelos moradores locais, em grande parte porque não possuem as habilidades e os conhecimentos necessários. Isso colocou muita pressão sobre a infraestrutura e os serviços sociais existentes. Uma visita a cidades mineiras em todo o país revela a baixa qualidade da infraestrutura e dos serviços sociais, principalmente para os moradores, já que os trabalhadores da mineração desfrutam de infraestrutura e serviços relativamente melhores. De certa forma, cria-se uma ilha de riqueza em um oceano de miséria e pobreza. Isso é agravado pelos problemas sociais, como assaltos



à mão armada e prostituição, que surgem em cidades mineiras. As mesmas agências governamentais e estatais que deixam de proteger os direitos dos agricultores em relação às minas também deixam de garantir, em grande parte, que haja infraestrutura e equipamentos sociais adequados nas comunidades afetadas por atividades de mineração. A introdução de diretrizes de “responsabilidade social corporativa” melhorou ligeiramente a vida das comunidades afetadas pela mineração. É isso que as comunidades mineiras obtiveram com o regime de mineração em vigor em Gana.

Ao longo das últimas três décadas, o setor de mineração em Gana se recuperou, principalmente com base na produção de ouro, graças à introdução de um novo regime fortemente influenciado pelo Banco Mundial e pelo FMI, em meados da década de 1980. A produção de ouro responde por mais de 90% do valor total da produção mineral, bem como das receitas do governo oriundas dessa produção. Antes da introdução desse regime, a produção de ouro era de cerca de um quarto de milhão de onças. Nos últimos anos, a produção aumentou significativamente e tem ficando em torno de três a quatro milhões de onças. Além das receitas para o governo, o setor contribui significativamente para a obtenção de divisas, tendo sido responsável por 45% do total das receitas de exportação em 2009. No mesmo ano, quase 20% das receitas do governo foram obtidas a partir do setor de minérios.

O regime, que prevê incentivos enormes para as empresas de mineração (onde predominam o capital e o controle estrangeiros), concentra-se em retornos fiscais pequenos para o governo (uma porção diminuta dos quais é entregue às comunidades locais afetadas de várias maneiras por atividades de mineração, explicando a já mencionada situação de miséria das pessoas que prevalece em áreas de mineração). Portanto, há pouco interesse em acompanhar as reais necessidades das populações locais e, ao mesmo tempo, contribuir para um crescimento e um desenvolvimento para todas e todos.

No regime, os recursos minerais são de responsabilidade do Presidente, representando os ganeses (que são donos dos recursos). Ele emite ou concede licenças sobre os minérios e as arrenda a empresas de mineração, para que realizem atividades de exploração e extração, em grande parte, em benefício próprio. Em vez de os recursos minerais serem de propriedade dos ganeses e das atividades exploratórias serem realizadas por empresas locais, a lei permite que o governo tenha participação acionária de 10% em todas as empreendimentos de mineração. Isto não é aplicado rigorosamente, já que, assim como outras gigantes mineradoras, a Newmont Ghana Gold Limited, responsável por cerca de 20% da produção nacional de ouro, é 100% de propriedade da Newmont Gold Corporation, cuja sede está em Denver. Consequentemente, os benefícios que Gana obtém com seus recursos minerais insubstituíveis (de propriedade do povo) se limitam, em muito, a contribuições monetárias relativamente pequenas feitas pelas empresas de mineração ao governo (principalmente impostos e royalties).

A adoção da Diretiva sobre Mineração da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 2009, trouxe algum alívio aos ganeses, principalmente às comunidades afetadas pela mineração. Houve esperanças de que o regime fosse revisto para resolver os muitos desafios do setor. Por exemplo, a Diretiva da CEDEAO prevê o direito de consentimento livre, prévio e informado antes da exploração começar e antes de cada fase subsequente das operações de mineração e pós-mineração. Se forem ratificados pelo Parlamento de Gana para transformá-los em lei, os princípios da Diretiva darão às comunidades o direito de dizer não a futuras atividades de mineração. No entanto, depois de seis anos, não está claro se a ratificação das Diretivas da CEDEAO está sendo considerada. Várias partes interessadas no setor de mineração estão sendo instadas a exercer pressão sobre o governo para ratificá-la e para dar mais proteção às comunidades e aos seus direitos.

Alhassan Atta-Quayson, University of Education, Winneba, Gana,  
[aattaquayson@yahoo.com](mailto:aattaquayson@yahoo.com)

## POVOS EM AÇÃO

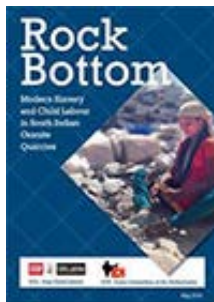
### As mulheres africanas dizem Não! ao carvão

O carvão mata pessoas. O carvão destrói a saúde e o bem-estar das comunidades. O carvão devasta a terra, a água e os ecossistemas e está destruindo o nosso planeta. Estas são as



conclusões da reunião “Mulheres se posicionam contra a Grande Indústria do Carvão”, que aconteceu em Johannesburg, África do Sul, em janeiro de 2015. A reunião, convocada pela aliança “WoMin: Mulheres africanas juntas contra o extrativismo destrutivo”, agrupou cerca de duas dezenas de organizações com mais de cinquenta mulheres ativistas de base e líderes do Sul da África. Ela declarou que “São as mulheres que cultivam e colocam a comida na mesa. E assim, quando as terras são roubadas e poluídas, são elas que têm que construir novas estratégias de subsistência e de sobrevivência e se esforçar mais para colher produções mínimas do solo. Quando os suprimentos de água são poluídos, são elas que têm que andar por horas em busca de água potável. E quando os seus familiares adoecem como consequência de seu trabalho na indústria do carvão ou por respirar ar poluído, são as mulheres que têm que trabalhar longas jornadas até que eles recuperem a saúde ou morram”. Veja declaração completa (em inglês) aqui: <http://londonminingnetwork.org/2015/01/african-women-say-no-to-coal/> Veja a página da WoMin aqui: <http://womin.org.za/>

---



## Índia: Escravidão e trabalho infantil em pedreiras de granito

A Índia é o segundo maior exportador de granito, grande parte do qual acaba no mercado europeu. Os principais compradores são os setores de construção, funerais e varejo (bancadas de cozinha, enfeites de jardim, etc.). No entanto, a maioria dos importadores de granito indiano não dá qualquer informação sobre quais pedreiras eles estão usando para obter seu granito ou diz não saber de onde ele vem. O recente relatório “Modern Slavery and Child Labour in South Indian Granite Quarries” examina as condições de trabalho em 18 pedreiras de granito em dois estados do sul da Índia, Tamil Nadu e Karnataka, identificando graves violações aos direitos humanos, como trabalho infantil e escravidão por dívidas. Colinas inteiras estão desaparecendo e se transformando em pedreiras, afetando comunidades locais – principalmente os povos indígenas. Além disso, minas profundas têm atraído água de áreas próximas, secando poços e lagoas, enquanto o pó das trituradoras polui não só o ar, mas também os rios, a ponto de a água se tornar imprópria para consumo humano ou animal. Leia o relatório (em inglês) aqui: <http://www.indianet.nl/pdf/RockBottom.pdf> Mais informações aqui: <http://www.minesandcommunities.org/article.php?a=12986>

---

## Promovendo a mineração na África em uma cúpula realizada no centro de finanças da mineração

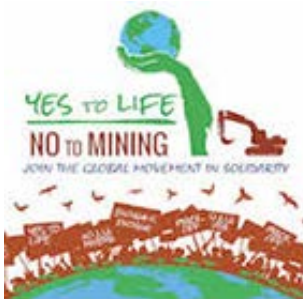
Membros da sociedade civil e de comunidades africanas e do Reino Unido enviaram uma carta à reunião “Mining on Top Africa” – a “mais definitiva conferência africana de mineração para a Europa”, que aconteceu em 24 e 25 de junho em Londres – enfatizando a forma como muitas comunidades na África estão enfrentando desalojamento, pobreza, doença, poluição massiva,



perda de terras agrícolas e ancestrais férteis, e destruição de meios de subsistência e cultura devido à introdução da mineração em grande escala. Além disso, a carta afirma que “o Investimento e a Responsabilidade Social Corporativos” são apenas maneiras de justificar a autorização social às empresas e reforçar sua imagem”, e destaca que Londres, onde o evento foi realizado, é o principal centro mundial de finanças de mineração, com bilhões de libras em investimentos que passam por ela para projetos de mineração destrutivos ao redor do mundo. Leia a carta em inglês aqui <http://www.gaiafoundation.org/news/africa-uk-civil-society-send-strong-message-to-the-mining-on-top-africa-london-summit>

Além disso, membros de sociedades civis africanas têm compartilhado estudos de caso para oferecer uma visão sobre as muitas questões sociais e ecológicas graves causados pela mineração em grande escala em África. Veja estudos de caso (em Inglês) aqui:

<http://www.gaiafoundation.org/blog/is-mining-really-on-top-in-africa>



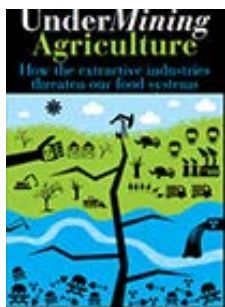
### Sim à vida, não à mineração!

Concebido em 2012 por um grupo de indivíduos, organizações e redes, o movimento “Sim à vida, não à mineração” está empenhado em tomar medidas contra o impacto cada vez mais devastador da indústria da mineração. Eles buscam conectar as comunidades que estão dizendo NÃO à mineração em todo o planeta, a fim de colaborar através da solidariedade e apoiar uns aos outros para se manter firmes. Através de sua página na internet, eles divulgam materiais úteis e proporcionam um espaço através do qual compartilham histórias de resistência, sucesso e luta. Eles convidam comunidades e grupos para dar uma contribuição, postar uma foto, um vídeo ou uma mensagem de solidariedade, compartilhar histórias de resistência e se conectar diretamente às comunidades afetadas. Visite a página (em inglês e espanhol) em: <http://www.yestolifenotomining.org/>



### Oilwatch Africa: “Não vamos comer petróleo cru”

Os membros da rede Oilwatch Africa, “Observatório de Petróleo da África”, se reuniram em Lome, Togo, em 9 de junho de 2015, para discutir as implicações da dependência do mundo em relação aos combustíveis fósseis para o clima, a soberania alimentar, a nutrição e o bem-estar na África. A conferência examinou particularmente os impactos ambientais e socioeconômicos do petróleo, do gás e da extração de carvão, bem como os impactos sobre a produção de alimentos, a poluição da água, o desmatamento e a tendência crescente à concentração de terras no continente. A declaração final salienta a importância de solos saudáveis para a manutenção da vida e da cultura, e que “as atividades extrativistas são incompatíveis com manter nossos solos saudáveis e vivos”. A Oilwatch Africa reitera seu apelo para que se “deixem os combustíveis fósseis no solo e se trabalhe para construir uma vida melhor acima do solo”. Veja a declaração completa [em português aqui](#).



## Minando a agricultura: como as indústrias extrativas ameaçam nossos sistemas alimentares

Um relatório recente da Fundação GAIA e aliados mostra como a produção de alimentos do mundo, bem como milhões de pequenos agricultores e comunidades, sofrem ameaça crescente da rápida expansão da mineração. O relatório examina “o verdadeiro impacto da mineração – da prospecção e das operações até ao encerramento – sobre a agricultura, a produção de alimentos, a fertilidade do solo, os sistemas de água doce, o ar que respiramos e nosso clima já ameaçado. Sem ecossistemas saudáveis, não pode haver alimento saudável. Sem água, não pode haver vida”. Ver o relatório em inglês em:

<http://www.gaiafoundation.org/news/undermining-agriculture>



## Vozes da resistência: mulheres que lutam pela vida

O projeto “Tecendo Resistências”, da organização “Programa de Democracia e Transformação Global”, do Peru, compartilha três vídeos que dão testemunho da luta constante e corajosa, principalmente de mulheres das províncias de Celendín, Bambamarca e Cajamarca, na serra norte do Peru. Essas terras têm resistido durante mais de três anos ao megaprojeto de mineração Conga, da empresa peruana Yanacocha, associada à Compañía de Minas Buenaventura, à estadunidense Newmont Mining Corporation e à Corporação Financeira Internacional (IFC), do Banco Mundial. Os testemunhos expõem o papel essencial das mulheres nos processos de mobilização social em defesa dos territórios e dos direitos, diante da indústria de mineração e de um governo aliado às transnacionais, que insiste em agredir e criminalizar guardiães de lagoas e territórios. Você pode ver os vídeos em:

<https://generoymineriap Peru.wordpress.com/videos-2/>



## De que são feitos os carros? Da Amazônia brasileira aos fabricantes de automóveis alemães

Um documentário lançado recentemente, mostrando o maior projeto de extração de minério de ferro do mundo, mostra a vida das comunidades impactadas pelo “Programa Grande Carajás”, localizadas nos estados do Maranhão e Pará. Nessa região, as pessoas afetadas por projetos de mineração são apoiadas pela rede Justiça nos Trilhos, uma coalizão de comunidades afetadas, organizações, grupos pastorais, movimentos sociais e grupos acadêmicos de pesquisa que buscam justiça ambiental no norte do Brasil. O vídeo “Iron ore, journey with no return: From the Brazilian Amazon to the German automakers” reflete sobre as várias etapas envolvidas no processo de extração e exportação de minério de ferro, e as comunidades que sofrem os vários impactos causados por esse processo. Mais de 50% das importações de minério de ferro da Alemanha vêm do Brasil, mas os fabricantes de automóveis não estão divulgando se as



matérias-primas usadas para a sua produção deixam um rastro de violações dos direitos humanos e injustiça ambiental. Veja o documentário (em inglês) aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=yPelnxfljll&feature=youtu.be>

---

## Preste atenção às mineradoras: quem financia o quê e para quem



Um banco de dados chamado “From Money to Metals” reúne dados sobre as instituições comerciais e privadas que visam lucrar com a extração e a transformação de minerais. O banco de dados examina os antecedentes, o investimento e as estratégias de gestão de cerca de 900 bancos, financiadores privados, seguradoras, fundos de hedge e empresas de private equity, bem como alguns indivíduos, que deram estímulo financeiro a inúmeras empresas de mineração. Acesse o banco de dados (em inglês) em:

<http://moneytometal.org/index.php/From Money to Metal>

---



## Uganda: “Um direito comum”

Um filme do “The Source Project” analisa a forma como as comunidades na região de Karamoja, em Uganda, têm se organizado juntamente com a Uganda Land Alliance, “Aliança Ugandesa pela Terra”, para garantir que seus direitos à terra comunal sejam respeitados, diante de aquisições de terras em grande escala para fins de exploração mineral. Você pode assistir o vídeo (em inglês) aqui:

<https://vimeo.com/125836001>

---



## Alerta: os verdadeiros custos do consumo de tecnologia

Minerais de todos os tipos (pode haver mais de dez variedades deles, apenas em um Smartphone) são extraídos em diferentes países – do tântalo, no Congo, ao estanho, nas Filipinas – e depois enviados ou transportados pelo planeta, até polos de fabricação. Estima-se que as atividades de mineração tripliquem em todo o mundo até 2050, espalhando-se para mais florestas e zonas costeiras, territórios indígenas, parques naturais e áreas protegidas. Essa concentração de terras acontece, em grande parte, sem o consentimento das comunidades locais, na medida em que governos e corporações conspiram para ignorar os direitos das pessoas. Além disso, as quantidades cada vez maiores de “E-lixo” (lixo eletrônico) são enviadas, em sua maioria, a países da África e da Ásia, em vez de ser tratadas na fonte. Nesses depósitos de lixo, as comunidades são forçadas a viver em uma paisagem tóxica, ganhando a vida queimando produtos eletrônicos para chegar aos metais que conseguem vender como sucata. Veja um vídeo e uma página informativa da Fundação GAIA (em inglês), em:



[Facebook do WRM](#)



[Twitter do WRM](#)



[Website do WRM](#)

Assine o Boletim mensal do WRM

---

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)  
Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês  
Editor em chefe: Winfridus Overbeek  
Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello  
Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo – Uruguai  
Tel/fax: 598 2413 2989  
[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://www.wrm.org.uy>